

## 5.5. Prémios e literatura para a infância em Portugal: contributos para a sua legitimação?

José António Gomes

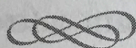
(ESE-Instituto Politécnico de Porto)

Ana Margarida Ramos

(Universidade de Aveiro)

Sara Reis da Silva

(Universidade do Minho)



**Resumo:** Neste estudo, apresenta-se uma abordagem contextualizada e enquadradora dos mais importantes prémios de literatura e de ilustração para a infância em Portugal. Procura-se descrever sucintamente cada um destes prémios, fazendo-se referência a alguns dos autores galardoados. Acrescentam-se, ainda, considerações relativas às tendências e à função dos prémios na atualidade, questionando o contributo na validação/legitimação dos autores e das respetivas obras.

**Palavras-chave:** contextos/enquadramentos, ilustração para a infância, legitimação, literatura para a infância, prémios.

**Abstract:** This study offers a contextualised and framed account of the most important Children's Literature and illustration awards in Portugal. It attempts to describe each of these awards succinctly, and refers to some of the awarded authors. It also considers the tendencies and functions of awards at present, questioning their contribution in the validation/legitimization of authors and their works.

**Keywords:** awards, children's literature, contexts/frames, illustrations for children, legitimization.

Tradicionalmente ligados à institucionalização do fenómeno literário, ocorrida sobretudo a partir do século XIX, os prémios literários, a par de outros fatores como a crítica e a academia (Reis, 1997: 25-40), têm desempenhado um papel relevante na sua legitimação, contribuindo para a constituição de um cânone. Não isentos de polémicas e críticas, principalmente motivadas pela falta de perspectiva histórica que só a passagem de longos períodos temporais avaliza, os prémios permitem, apesar de tudo, e de acordo com a sua importância –social, monetária ou outra–, atrair as atenções para o universo sobre o qual recaem, promovendo a sua divulgação.

Mas a história da literatura também é pródiga em exemplos de situações onde os prémios serviram outros interesses que não o exclusivamente literário. As situações de confronto, geralmente associadas à recusa de prémios, por exemplo, por parte de escritores manifestam quase sempre uma tomada de posição, assumidamente contra a própria instituição literária ou contra o contexto social e político, procurando marcar a autonomia e a independência do que recusa a distinção. No caso da literatura para a infância, ainda em processo de institucionalização, a existência de prémios configura quase sempre tentativas de legitimação, reforçando o seu reconhecimento e validando a sua qualidade.

Mesmo assim, no contexto português, há, pelo menos, um caso relevante a registar neste domínio, relativo à recusa, em 1972, de Luísa Ducla Soares em receber o **Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho**, instituído pelo então Secretariado da Propaganda Nacional, um organismo tutelado pelo Estado Novo. Este prémio que existiu, com um hiato durante praticamente toda a década de 60, entre 1937 e 1972, distinguiu, entre outros, logo na primeira edição, Adolfo Simões Müller, que o voltaria a receber em outras ocasiões, incluindo, na vertente texto, em 1972.

Em *Breve história da literatura para crianças em Portugal* (Caminho, 2001), volume que atualiza a edição datada de 1984 (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), Natércia Rocha inclui uma longa secção dedicada à apresentação dos “Prémios Nacionais de Literatura

para Crianças”, cobrindo o período compreendido, em certos casos, entre as décadas de 30/40 do século XX, passando pelo Estado Novo até aos finais dos anos 90 do século XX. É assinalada a existência –sendo brevemente descritos– de dez prémios, a saber: Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho, Prémio Literatura Infantil e Juvenil<sup>35</sup> (SEIT), Prémios de Literatura para Crianças atribuídos pela Fundação Calouste Gulbenkian; Prémios da Associação Portuguesa de Escritores (APE); Prémio da Secretaria de Estado do Ambiente; Prémio de Teatro Infantil de Secretaria de Estado da Cultura; Prémio de Teatro Infantil incluído nos Prémios Garrett; Prémio Editorial Caminho Comemorativo do Ano Internacional da Criança (1979); Distinções do IBBY e Prémio Nacional de Ilustração.

Estes prémios merecem-nos breves descrições com vista à sua caracterização, tendo em conta o lugar que desempenharam na validação do sistema e no reconhecimento de autores e obras. No caso dos prémios a inéditos, algumas destas distinções foram ainda, como veremos, responsáveis pelo surgimento de novos autores.

O **Prémio Revelação de Literatura Infanto-Juvenil APE/DGLB** (Direção Geral do Livro e das Bibliotecas) é atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores e distingue obras inéditas de literatura infantojuvenil, de autores que nunca publicaram nenhuma obra no domínio a que concorrem. Além da publicação, a APE também paga os direitos de autor das obras vencedoras. O Prémio

35. O Prémio de Literatura Infantil e Juvenil (SEIT) pertencia ao conjunto de Prémios da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Direção-Geral da Informação, e destinava-se a “galardoar uma obra de autor nacional e escrita em português...”, estando definido por regulamento que “o prémio será atribuído à obra com melhor texto para o público a que se destina e melhor ilustrada, podendo, porém, ser atribuído ao texto de um livro e à ilustração de outro”. De curta duração, vigorou entre 1970 e 1974, ano em que foi extinto sem ter sido atribuído. Conta da sua lista de vencedores, em 1971, com Maria Manuela Couto Viana, na categoria texto (*O mundo dos meninos verdes*) e Leonor Praça, na categoria ilustração (*Rama, o elefante azul*, de Isabel da Nóbrega); em 1972, o prémio texto foi para Adolfo Simões Müller (*A primeira volta ao Mundo*) e o prémio ilustração para Mariana Pardal (*História de uma menina: romancinho*, de Alice Gomes). Em 1973, o vencedor foi António Quadros, com o livro *Pedro e o mágico*.

não foi atribuído em 1991 por deliberação do júri e, em 1985, não foi aberto concurso. Caracteriza-se, ainda, pela presença assídua de escritores reconhecidos entre os membros do júri que, desde 1979, o vêm atribuindo. Refira-se, a título de curiosidade, que as primeiras edições deste prémio permitiram a distinção de Álvaro Magalhães, em 1983, com um 1.º e 2.º prémios, de Catarina da Fonseca, em 1986, por exemplo, para além de distinções a Carlos Correia, José Jorge Letria ou António Mota também na década de 80.

Com uma duração limitada no tempo, o **Prémio “O Ambiente na Literatura Infantil”**, criado em 1975 pela Secretaria de Estado do Ambiente, tinha em vista, como a própria designação sugere, a distinção de obras de temática ambiental. Foi entregue entre 1976 e 1991, com algumas interrupções por falta de qualidade das obras apresentadas em concurso. O regulamento foi alterado em 1978, permitindo a admissão de trabalhos inéditos. Este prémio distingue-se pelo facto de revelar, desde muito cedo, uma preocupação ambiental, antecipando a relevância de um tema que viria a consolidar-se décadas mais tarde. Algumas das obras galardoadas figuram como referências da recriação literária da preocupação ecológica, como acontece com *Valéria e a vida*, de Sidónio Muralha, *O grande continente azul* e *Uma viagem no verde*, de Jos Outros autores que integram a lista de vencedores são Carlos Correia, Maria Alberta Menéres e Natércia Rocha.

Outros prémios dignos de relevo não mencionados pela estudiosa portuguesa foram o **Prémio Adolfo Simões Müller**, destinado a homenagear o escritor homónimo e aberto a novos autores. Instituído em 1990 pela Editorial Verbo, premiou logo na sua primeira edição, o volume de Ana Meireles, *O mistério dos cães desaparecidos* (1991), publicado na coleção “Grande Prémio” da mesma editora. Se, no caso desta autora, a sua atividade editorial no segmento infantojuvenil se prolongou para além desta distinção, outros autores<sup>36</sup> distinguidos

36. Em 1992, Luís da Silva Pereira, com *Histórias de Davidim*; em 1993, Graça de Matos Sousa, com *Este pinhal tão verde*. De referir ainda que a Verbo instituiu pela mesma época um outro prémio, Verbo/Semanário, cujos títulos serão também

com o prémio em questão não voltaram a editar. A partir de 2000, este prémio passou a ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra, substituindo o **Prémio Literário Ferreira de Castro de Literatura Infantojuvenil**<sup>37</sup>, sendo a primeira edição ganha por António Garcia Barreto<sup>38</sup>. A edição de 2002 foi ganha por Cristina Norton (*O barco de chocolate: contos para crianças e não só*) e a de 2007 por Eugénio Roda (*Contos de janela*). No contexto atual, onde é cada vez mais difícil aos escritores conseguirem editar em livro as suas obras, os concursos literários surgem como oportunidades interessantes de aproximação ao público, já que, premiando trabalhos originais e possibilitando a sua publicação, permitem baixar os custos das editoras. Nesta medida, não é estranho que, a par de autores completamente desconhecidos, surjam nestes concursos, autores já conhecidos e muito lidos, como aconteceu recentemente com Ana Saldanha, quando venceu o **Prémio Literário Maria Rosa Colaço** em 2010, com a obra *O galo que nunca mais cantou e outras Histórias* (2012).

Este Prémio, instituído em 2006 pela Câmara Municipal de Almada, começou por destacar dois textos, mas, a partir de 2011, passou a distinguir a literatura juvenil, em anos pares, e a literatura infantil,

publicados na coleção “Grande Prémio” – caso da novela *Eram férias e havia sol* (1990), de Violeta Figueiredo. Pelo belíssimo bestiário poético *Fala Bicho* (1992), esta autora virá a ser galardoadada com uma distinção de certo prestígio (considerando a qualidade do júri), mas de curta duração, o Prémio Inasset / Inapa de Inéditos de Literatura Infantil 1991, promovido pelo Centro Nacional de Cultura. Em 1990, o Prémio Inasset / Inapa distinguiu também Sara Monteiro pela narrativa *As meninas de La Mancha* (1991). Embora pertencentes a gerações diferentes, tanto Violeta Figueiredo como Sara Monteiro vieram a revelar-se vozes muito originais, com vários exemplos de obras de reconhecida qualidade posteriormente editadas.

37. Este prémio, de periodicidade bienal, remonta a 1985, ano em que, curiosamente, não foi distinguida qualquer obra por falta de qualidade dos textos submetidos a concurso. Com os livros vencedores alvo de edição por parte da Câmara Municipal de Sintra, foram vários os autores vencedores, com particular destaque para José Jorge Letria que foi distinguido com o prémio em 1987, 1989 e 1992 (*ex aequo*). Outros vencedores foram Natália Bebian (1994 e 1997) e Álvaro Lopes-Cardoso (1992 *ex aequo*).

38. Em 2000, António Garcia Barreto venceu o prémio em questão com o volume *Rubens e a Companhia do Espanto em O caso da mitra desaparecida*.

nos anos ímpares. Destinado à promoção e divulgação da literatura infantojuvenil, ao mesmo tempo que homenageia a escritora que lhe empresta o nome, já distinguiu um conjunto significativo de textos e autores de qualidade e impacto desiguais. Mesmo assim, é, possivelmente, o prémio municipal que conseguiu maior visibilidade, porventura pelas distinções de algumas figuras de referência do panorama atual. José Jorge Letria, Ana Saldanha e Sara Monteiro fazem parte do grupo dos autores “consagrados”/“conhecidos” que se apresentaram (e venceram) a este concurso. Outros autores, como Margarida Botelho, Palmira Martins ou Afonso Cruz, por exemplo, puderam, a partir deste prémio, consolidar uma atividade literária que, no caso deste último escritor, tem ultrapassado largamente o âmbito do público infantil e juvenil. Outros<sup>39</sup> ainda aguardam uma oportunidade de iniciarem atividade literária mais assídua. De qualquer modo, e com a exceção de Afonso Cruz, estes prémios parecem servir mais para consolidar obras e autores já conhecidos do que para descobrir novos e singulares talentos.

Possivelmente uma das mais importantes e significativas distinções atribuídas em Portugal à literatura infantil, o **Prémio de Literatura para Crianças** outorgado pela Fundação Calouste Gulbenkian (**Grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças**)<sup>40</sup> foi, entretanto, suspenso<sup>41</sup>, tendo sido concedido, pela última vez, em 2004. De periodicidade bienal foi atribuído, pela primeira vez, em 1980, reportando-se a obras publicadas nos dois anos anteriores. Até à edição de 1998, designou-se **Prémio Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças**, sendo que, até 1996, a designação “Grande

39. Conceição Dinis Tomé (2012), Joaquim Semeano (2011), Ana Esteves (2009), César Magarreiro (2008), Susana Ramos (2007), Carlos Canhoto (2006).

40. Em 2006, o Serviço de Educação e Bolsas da FCG publicou *Livros com história(s)*, volume no qual se compilam as referências a todas as obras premiadas, bem como breves notas biobibliográficas acerca dos autores distinguidos.

41. A sua suspensão parece estar relacionada com o cancelamento dos Encontros Gulbenkian de Literatura para crianças, bienais e habitualmente realizados no último trimestre do ano, uma vez que o prémio era habitualmente entregue na sessão de abertura dos mesmos.

Prémio” foi apenas uma das categorias, destinada a galardoar um escritor vivo, pelo conjunto da sua obra. Até 2000, “Grande Prémio” passou a distinguir uma obra, pelo texto e ilustração, e desde a edição de 2002, dividiu-se em duas modalidades: “livro ilustrado” e “texto literário”. A variação nas designações e no cariz do prémio não inibe o seu relevo, sobretudo em termos de “canonização” e legitimação de percursos criativos singulares, tornando-se no mais prestigiado prémio português. A atribuição da menção “Grande Prémio” a figuras como Matilde Rosa Araújo (1980), Adolfo Simões Müller e José de Lemos (1982), Ilse Losa (1984), Maria Alberta Menéres (1986), António Torrado (1988), Fernanda de Castro (1990), Sophia de Mello Breyner Andresen (1992), Alice Vieira (1994) e Luísa Ducla Soares (1996) é reveladora do seu potencial legitimador, constituindo uma referência incontornável. A listagem de obras premiadas ou alvo de menção ao longo da pervivência do prémio é longa e inclui também ela algumas obras que facilmente incluiríamos na categoria dos “clássicos contemporâneos” (Gomes e Roig Rechou, 2007), como acontece, só para dar alguns exemplos, com *Como se faz cor de laranja*, de António Torrado, em 1980, *Na quinta das cerejeiras*, de Ilse Losa, em 1982, *Este Rei que eu escolhi*, de Alice Vieira, em 1984, *Seis histórias de encantar*, de Luísa Ducla Soares, em 1986, *O Inventão*, de Manuel António Pina, em 1988, *Pedro Alecrim*, de António Mota, em 1990, *As fadas verdes*, de Matilde Rosa Araújo, em 1996, ou *Herbário*, de Jorge Sousa Braga e Cristina Valadas, em 2000. Sobre este prémio e sobre a sua história ao longo dos anos, merece ainda destaque a atenção concedida à componente visual do livro infantil, alvo de distinções desde a sua primeira edição, permitindo igualmente a valorização e o reconhecimento do contributo dos ilustradores para o desenvolvimento da literatura para a infância. As distinções atribuídas a João Machado, João Botelho, António Modesto, Maria Antónia Pestana, Manuela Bacelar, Henrique Cayatte ou André Letria, entre muitos outros, são significativas desse relevo que o prémio valida e distingue. É de acrescentar que o júri deste prémio, cuja constituição foi variando, tinha a virtude de ser relativamente alargado, englo-

bando representantes de diversas instituições e organismos –alguns deles estatais– ligados à mediação da leitura, à escrita literária, à crítica de artes plásticas e à área da educação.

A partir de 2001, o **Prémio Branquinho da Fonseca Gulbenkian / Expresso**, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo *Expresso* (o jornal semanário português mais influente e de maior tiragem), tem vindo a galardoar jovens autores (até aos trinta anos). Trata-se de uma distinção atribuída a textos originais, contemplando um prémio para literatura para a infância e outro para literatura para jovens. O júri, que engloba um representante do jornal (em geral jornalista), outro do serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, dois escritores e um crítico literário, tem mantido um núcleo estável que assegura a continuidade dos critérios de apreciação de biénio para biénio. Habitualmente, as obras distinguidas são editadas em livro no ano seguinte.

Também aqui se verifica situação idêntica à de outros prémios: coexistem, por um lado, autores premiados que, em pouco tempo, trazem a público outros títulos de qualidade reconhecida pela crítica; e, por outra parte, vozes que, uma vez editado o livro distinguido, de algum modo se apagam, não deixando perceber, através de novas realizações, a gradual consolidação de uma trajetória literária personalizada. Encontram-se no primeiro caso autores como Rita Taborda Duarte, Gonçalo M. Tavares e David Machado, que –em especial a primeira e o último– têm assinado produções de qualidade literária indelével, sobretudo no domínio da narrativa para leitores iniciais ou medianos (edição de 2003: *A verdadeira história da Alice* (2004), de Rita Taborda Duarte; edição de 2005: *A noite dos animais inventados* (2006), de David Machado). Premiado em 2001 por *O senhor Valéry* (2002) –que, enquanto livro para a infância, talvez deva ser considerado obra atípica, quer pela sua estrutura narrativa quer pela temática e pela dimensão intertextual–, Gonçalo M. Tavares encetou um itinerário que o situa sobretudo na literatura institucionalizada de receção adulta (romance, conto, poesia, produção dramática), com numerosas distinções de prestígio atribuídas tanto

em Portugal como no estrangeiro e com vários dos seus títulos traduzidos para diferentes línguas. Não obstante, algumas das narrativas breves de *O senhor Valéry* (primeiro de uma série de outros livros entretanto encarados como sendo para adultos e centrados em distintos “senhores” de ressonância literária: Brecht, Juarroz, Kraus, Calvino e outros) seriam autonomamente editadas em livros em formato de álbum, com ilustrações de Rachel Caiano (*Os amigos: histórias do senhor Valéry* (2007), *Os dois lados: histórias do senhor Valéry* (2007) e outros). Se os autores referidos foram galardoados na modalidade de literatura para a infância, já os distinguidos na modalidade de literatura juvenil têm-se pautado por certo silêncio posterior à atribuição do prémio. Excetua-se o caso de Filipe Faria que obteve o galardão em 2001 com *As crónicas de Allaryia: A Manopla de Karasthan* (2002), primeiro volume de uma série no âmbito de uma literatura fantástica de influência anglo-saxónica, e iniciou nesse momento uma carreira em que se mantém fiel ao género que o distinguiu. Espera-se que seja também o caso de Ana Pessoa, premiada em 2011 por um texto divertido e muito original, *O caderno vermelho da rapariga karateca* (2012), pequeno romance de cariz fragmentário construído à maneira de um texto intimista e autobiográfico.

Veja-se, igualmente, pelo significado e relevo que o tem caracterizado, a instituição do **Prémio Bissaya Barreto de Literatura Infantil**. Criado em 2008 pela Fundação homónima no ano em que comemorava os seus cinquenta anos de existência, este prémio, de atribuição bienal, distingue obras de literatura infantil editadas em Portugal no biénio anterior. Com um valor pecuniário de cinco mil euros, tem a particularidade de o montante ser dividido igualmente entre o escritor e ilustrador, no caso de o volume premiado ser de autoria partilhada. Este prémio já distinguiu, para além de Luís Silva, com *O livro da avó*, em 2008, Manuel António Pina<sup>42</sup> e Ondjaki<sup>43</sup>, respetivamente

42. Com o volume *O cavaleiro de pau do Menino Jesus e outros contos de Natal*, com ilustrações de Inês do Carmo.

43. Com o livro *A bicicleta que tinha bigodes*.

em 2010 e 2012. O facto de incluir no seu júri especialistas da área da literatura infantojuvenil e premiar obras já editadas e não originais explicará a qualidade dos volumes distinguidos. Esta é, estamos em crer, uma das questões mais relevantes relativas aos prémios e à sua capacidade legitimadora de uma obra e de um autor. Curiosamente, em Portugal, parece existir uma preferência por prémios de originais, que reúnem a maioria das distinções existentes. Acrescentem-se, já agora, duas outras, recentes, exceções, uma vez que a editora Tcharan acabou de criar o **Prémio Manuel António Pina**<sup>44</sup> de literatura para a infância destinado a galardoar um livro editado no ano anterior; e que, por outro lado, a Sociedade Portuguesa de Autores leva por diante, de há poucos anos a esta parte, a atribuição dos “Prémios Autores” que contemplam numerosas áreas artísticas, incluindo a do Melhor Livro de Literatura Infantojuvenil do ano anterior. Registem-se as quatro últimas obras premiadas, em que se verifica certa inclinação para distinguir álbuns narrativos: *O tubarão na banheira* (2009), de David Machado (texto) e Paulo Galindro (ilustração), *A contradição humana* (2010), de Afonso Cruz, *A casa sincronizada* (2011), de Inês Pupo (texto), Gonçalo Pratas (música) e Pedro Brito (ilustração), e *Achimpa* (2012), de Catarina Sobral.

Os limites do presente trabalho não permitem mencionar aqui as obras portuguesas nomeadas, ao longo dos anos, para as Listas de Honra do IBBY, as quais, em geral, se distinguem por uma marca de qualidade<sup>45</sup>. Refira-se, no entanto, que os candidatos portugueses aos Prémios Hans Christian Andersen que a secção portuguesa do IBBY tem apontado vão ao encontro de um certo consenso crítico que se observa em torno da relevância das respetivas obras, tanto no domínio da escrita como no da ilustração. Assim, entre os nomeados nos últimos anos, por vezes mais do que uma vez, encontram-se nomes de indiscutível peso, como, entre outros, Matilde Rosa

44. Em fase de concurso à data da redação deste texto, este prémio ainda não tinha sido atribuído a nenhuma obra.

45. Um pouco à semelhança do que acontece com as obras selecionadas para a *White Ravens*, a seleção anual da Biblioteca Infantil de Munique.

Araújo, Alice Vieira, Luísa Dacosta, Luísa Ducla Soares ou António Torrado, no que respeita à produção literária, e Manuela Bacelar, Ângela Melo, Henrique Cayatte, António Modesto ou Teresa Lima no tocante à ilustração.

O **Prémio Nacional de Ilustração** atribuído anualmente, foi instituído, em 1996, pelo Ministério da Cultura, através da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) em parceria com a secção portuguesa do International Board on Books for Young People (IBBY), e destina-se a “estimular e a promover a ilustração de qualidade publicada em livros infantis e juvenis portugueses, chamando também a atenção para o papel desempenhado por esta modalidade de expressão artística na formação do gosto estético das crianças e jovens na motivação da leitura”. A avaliação e a seleção das obras admitidas a concurso, com base na originalidade e criatividade da sua ilustração, compete a um júri composto por três elementos: um representante da DGLB, um representante da secção portuguesa do IBBY e uma personalidade de reconhecido mérito na área das artes plásticas, da ilustração ou do *design* gráfico. Desde o início, os prémios têm sido atribuídos ora a obras e a ilustradores de créditos firmados e cujo trabalho havia sido já reconhecido em outros contextos, ora a outros, mais jovens e, ainda, num momento relativamente inicial da sua criação artística: nomes como Manuela Bacelar (1996, *A Sereiazinha*, de Hans Christian Andersen), Teresa Lima (1998, *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, e 2006, *Histórias de animais*, de Rudyard Kipling) e Henrique Cayatte (2000, *Estranhões e Bizarrocos*, de José Eduardo Agualusa), entre outros, situam-se no primeiro caso registado. Na segunda situação, são de assinalar, a título meramente exemplificativo, Marta Torrão (2004, *Come a sopa, Marta!*, Marta Torrão), Madalena Matoso (2008, *A charada da bicharada*, de Alice Vieira) ou Bernardo Carvalho (2009, *Depressa, devagar*, de Isabel Minhós Martins). Uma revisão dos títulos premiados permite concluir que, em claro detrimento da ilustração de textos poéticos/poesia, se observa uma valorização da composição visual de textos narrativos, nos últimos anos, de extensão claramente

económica. Com efeito, tem vindo a constatar-se, desde 2004, uma preferência por obras situadas no domínio do álbum narrativo (“picture story books”) para as primeiras idades.

Nos últimos anos, a profusão<sup>46</sup> de prémios literários destinados a obras para a infância e a juventude por parte de autarquias parece constituir, principalmente, um desejo de promoção das instituições, associando-se a alguns nomes de referência do panorama literário para a infância. A Câmara Municipal da Trofa instituiu o Prémio Matilde Rosa Araújo<sup>47</sup>, a de Arruda dos Vinhos o prémio literário Irene Lisboa e a da Guarda o Prémio Literário Manuel António Pina. Estas iniciativas, contudo, veem o seu alcance e objetivos muitas vezes reduzidos. Para além das questões editoriais das iniciativas, nomeadamente a incapacidade de promoção do lançamento nacional das obras vencedoras, que conduz a que estas fiquem confinadas a uma edição local, nem sempre alvo de uma revisão e ilustração cuidadas, veja-se, ainda, a diminuta qualidade das obras apresentadas a concurso e as dificuldades na constituição de júris exigentes e criteriosos.

Em alguns casos pontuais, contudo, estes prémios, como aconteceu com a atribuição a Afonso Cruz do Prémio Maria Rosa Colaço,

46. Há ainda prémios esporádicos na área da literatura infantojuvenil, como aconteceu com o Concurso de Literatura Infanto-Juvenil/Prémio CCAM, organizado pelo Centro Cultural do Alto Minho, durante o ano de 2009, no âmbito das Comemorações dos seus trinta anos e que premiou Conceição Dinis Tomé, autora premiada em 2012 pelo Prémio Maria Rosa Colaço.

47. Esta escritora já havia sido alvo de homenagem através de um prémio instituído pela Câmara Municipal de Cascais, o Prémio Literário Matilde Rosa Araújo – Revelação na Literatura Infantil e Juvenil. Criado em 2000, distingue a primeira obra de um autor nacional publicada no ano anterior ao da realização do prémio e é atribuído por um júri de três elementos, constituído por representantes da Associação Portuguesa de Escritores, Associação Portuguesa de Críticos Literários (AICL) e secção portuguesa do IBBY. Foram vencedores, em 2003, Filipe Faria, com *A Manopla de Karasthan* (que fora distinguido também com o Prémio Branquinho da Fonseca, modalidade de Literatura Juvenil), em 2006, Helena Simas, com a obra *A festa de anos do Tomás*, em 2007, Marlene Ferraz, com a obra *O princípio de todas as coisas*, em 2008, João Hoffman e Margarida Araújo, com *A ilha dos guardadores de aranhas*.

por exemplo, instituído pelo Município de Almada, revelaram-se determinantes na identificação de obras e de autores de referência, abrindo-lhes as portas da edição e deixando ver uma obra profundamente original e singular. Recordemos, por exemplo, que tinha sido também um Prémio, o do Ano Internacional da Criança, a revelar, em 1979, a escritora Alice Vieira. Instituído naquele ano pela Editorial Caminho para a comemoração daquela efeméride decretada pela UNESCO, permitiria o reconhecimento de uma autora e de uma obra que mudaram profunda e significativamente o panorama literário português para a infância e a juventude.

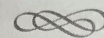
A somar às considerações críticas de que já fomos dando conta ao longo deste texto, registem-se, em jeito de conclusão, algumas outras questões que o problema dos prémios literários em literatura para a infância e a juventude suscita no caso português.

- 1.<sup>a</sup> Comparando a situação no Estado espanhol com a que se verifica em Portugal, regista-se, no caso português, quer um número muito menor de prémios atribuídos à escrita e à ilustração para a infância e a juventude, quer uma expressão monetária dos mesmos consideravelmente mais modesta – o que não contribui para a profissionalização e a especialização dos galardoados, enquanto artistas da palavra e da ilustração dirigidas ao público infantil e juvenil.
- 2.<sup>a</sup> O impacto mediático dos prémios é também reduzido em Portugal, não só no que respeita aos de iniciativa municipal, mas também em relação aos de âmbito nacional, pelo que é também muito relativo o efeito que produzem, tanto no plano comercial como no que toca ao reconhecimento crítico por parte dos mediadores da leitura.
- 3.<sup>a</sup> As obras premiadas quase nunca o são tendo em conta um determinado modo ou género literário, até porque tal especificação raramente é explicitada nas bases ou no regulamento do prémio. O álbum narrativo, por exemplo, que dificilmente poderá ser considerado um género literário, é distinguido com prémios atribuídos à literatura, não possuindo galardão algum

que tenha em conta as suas peculiaridades materiais e semióticas; modalidades de criação literária mais minoritárias como o texto dramático ou a poesia são habitualmente desvalorizadas ou esquecidas e tão pouco dispõem, atualmente, de galardões próprios; a ficção narrativa para pré-adolescentes e adolescentes, por seu lado, quase não possui prémios que evidenciem a sua relevância junto do público e dos mediadores.

- 4.<sup>a</sup> Também a composição dos júris é suscetível de questionamento. Nos júris de prémios atribuídos à ilustração, nem sempre são descortinaíveis especialistas na área do livro infantil e da própria ilustração. Em júris de prémios literários, por seu turno, nota-se, por vezes, a ausência de críticos especializados ou de escritores reconhecidos.
- 5.<sup>a</sup> Volvidos alguns anos desde a atribuição de alguns galardões, é possível concluir que, em muitos casos (alguns deles já sugeridos ao longo desta abordagem), os prémios literários não resultaram de uma apreciação estrita ou “medição” da qualidade, nem serviram para elevar autores e obras ao centro do cânone (Roig Rechou, 2006).

Não obstante os aspetos a que aludimos e todas as “reservas” que fomos explicitando, não deixa de ser verdade, no caso português, o facto de que o anúncio de um prémio sobreposto à capa de um livro acabado de ser galardoado é uma técnica publicitária de utilização recorrente por parte de alguns editores, determinando, em certa medida, “o gosto ou o desgosto” em termos comerciais de um determinado volume.



## Referências bibliográficas

- Barreto**, António Garcia (2002), *Dicionário de literatura infantil portuguesa*, Porto: Campo das Letras.
- Gaiáz**, Ana (coord. ed.) (2006), *Livros com história(s)*, Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas – Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes**, José António e Blanca-Ana **Roig Rechou** (coord.) (2007), *Grandes autores para pequenos leitores – Literatura para a infância e a juventude: elementos para a construção de um cânone*, Porto: Deriva Editores.
- Reis**, Carlos (1997), *O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários*, Coimbra: Almedina.
- Rocha**, Natércia (1984), *Breve história da literatura para crianças em Portugal*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- (2001), *Breve história da literatura para crianças em Portugal* (atualizada até ao ano 2000), Lisboa: Caminho.
- Roig Rechou**, Blanca-Ana (2006), “Os premios literarios infantís e xuvenís no marco ibérico: tradición e innovación”, in Armindo Mesquita (coord.), *Mitologia, tradição e inovação*, Canelas V. N. de Gaia: Gailivro, pp. 203-212.